

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA ADMINISTRATIVO

Tipo 1 - BRANCO

**SUA PROVA**

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas

**TEMPO**

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Stephen Hawking, A Mente Que Superou Tudo

Em reverência ao gênio que revolucionou o estudo da cosmologia, o mundo prestou tributo a Stephen Hawking no dia seguinte a sua morte. O cientista britânico, símbolo da superação, teve papel decisivo na divulgação científica e virou um ícone pop. (O Globo, 15/3/2018)

1

O texto 1 é uma pequena notícia de primeira página de *O Globo*, cujo conteúdo é ampliado em reportagem no interior do jornal.

A marca mais característica de ser este um texto resumido é:

- (A) a presença marcante de frases curtas;
- (B) a preferência por sinais de pontuação em lugar de conectivos;
- (C) a ausência de adjetivos e advérbios;
- (D) a seleção de temas de destaque;
- (E) a utilização de verbos indicadores de ação rápida.

2

Na estruturação da notícia do texto 1, o jornal deu principal destaque ao seguinte papel de Stephen Hawking:

- (A) possuir uma mente privilegiada;
- (B) ter revolucionado o estudo da cosmologia;
- (C) ser um símbolo de superação;
- (D) ter tido papel decisivo na divulgação científica;
- (E) ter virado um ídolo pop.

3

Ao dizer que o cientista inglês “virou um ícone pop”, o autor do texto 1 quer dizer que ele:

- (A) tornou-se temática de muitos filmes modernos;
- (B) realizou tarefas ligadas à arte popular;
- (C) alcançou popularidade acima das expectativas;
- (D) obteve uma fama comparável à de artistas populares;
- (E) conquistou um espaço nas artes plásticas.

4

Observe a charge a seguir:



A charge acima é uma homenagem a Stephen Hawking, destacando o fato de o cientista:

- (A) ter alcançado o céu após sua morte;
- (B) mostrar determinação no combate à doença;
- (C) ser comparado a cientistas famosos;
- (D) ser reconhecido como uma mente brilhante;
- (E) localizar seus interesses nos estudos de Física.

5

Essa charge traz elementos verbais – a fala de Einstein – e elementos imagísticos; entre os significados construídos pelos dados da imagem, NÃO está correta a seguinte afirmação:

- (A) as asas na cadeira de rodas indicam a pureza angelical do cientista falecido;
- (B) a aparência da cadeira de rodas indica a alta tecnologia de que dispunha o cientista morto;
- (C) a gestualidade de Einstein mostra alegria na recepção a Stephen Hawking;
- (D) a espécie de luneta em uma das mãos de Galileu se refere à sua atividade de observador astronômico;
- (E) as roupas dos cientistas estão adequadas à época em que viveram.

6

Sobre a frase dita por Einstein, é correto afirmar que:

- (A) o termo “Galileu”, por ser um vocativo, deveria ser colocado no início da frase;
- (B) o adjetivo “brilhante”, por ser um adjetivo qualificativo, deveria vir antes do substantivo “mente”;
- (C) o pronome “nós”, implícito em “estávamos esperando” se refere a todos os habitantes do céu;
- (D) o termo “Galileu” deveria aparecer entre vírgulas, por ser um vocativo;
- (E) o emprego da forma “olha” é desaconselhável por pertencer à linguagem coloquial.

Texto 2:

Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente. Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica. Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida.

Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples: a faculdade das pessoas de agir de maneira sensata, prudente ou correta. Sendo assim, a primeira pergunta que vem à mente é: a inteligência não nos dá a capacidade de nos movimentarmos no nosso dia a dia da mesma maneira? Um QI médio ou alto não nos garante a capacidade de tomar decisões acertadas?

É claro que sim. Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances. Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas. Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros.

Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional.

“A verdadeira sabedoria está em reconhecer a própria ignorância.” Sócrates.

Disponível em <https://amentemaravilhosa.com.br/inteligencia-e-sabedoria/>

7

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”.

Essa frase tem a função textual de:

- (A) introduzir tematicamente o assunto do texto 2, sem preocupações, no momento, de explicar a afirmativa;
- (B) indicar uma questão que será resolvida no restante do texto 2;
- (C) propor uma reflexão conjunta com o leitor;
- (D) despertar o interesse do leitor pela leitura do texto 2;
- (E) mostrar o posicionamento do autor diante de uma questão polêmica no terreno da psicologia.

8

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Esse segmento do texto 2 mostra que nossa linguagem cotidiana:

- (A) falha em determinar especificidades da realidade;
- (B) é empregada de diferentes formas em função da situação comunicativa em que se insere;
- (C) não possui todos os vocábulos necessários à perfeita comunicação humana;
- (D) engloba todo o conhecimento humano, mas não é usada de forma coerente por todos;
- (E) não é capaz de mostrar a diferença entre realidades próximas.

9

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Nesse segmento do texto 2, o conector “entretanto” só NÃO pode ser substituído de forma semanticamente adequada por:

- (A) contudo;
- (B) todavia;
- (C) conquanto;
- (D) no entanto;
- (E) porém.

10

“Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica”.

Inferimos da leitura desse segmento do texto 2 que:

- (A) a eficiência e os resultados estão mais ligados à sabedoria que à inteligência;
- (B) a sociedade não valoriza a sabedoria, mas somente a inteligência;
- (C) inteligentes e sábios podem atingir a plena felicidade;
- (D) na vida humana, a inteligência é dom superior à sabedoria;
- (E) os inteligentes não conseguem ser autenticamente felizes.

11

A frase do texto 2 em que os termos unidos pela conjunção “E” possuem valores sinônimos é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”;
- (C) “Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam...”;
- (D) “...desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”;
- (E) “Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

12

A frase do texto 2 que NÃO exemplifica a voz passiva é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (C) “Eles devem ser observados, analisados e desconstruídos”;
- (D) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade”;
- (E) “Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples”.

13

Em todas as frases abaixo (texto 2) sublinhamos formas verbais de primeira pessoa do plural, em que o sujeito é quantitativamente impreciso.

O caso em que o sujeito de uma dessas formas abrange o maior universo possível de pessoas é:

- (A) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”;
- (B) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (C) “Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances”;
- (D) “Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são”;
- (E) “Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”.

14

“Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional”.

A forma adequada de uma oração desenvolvida correspondente à oração reduzida sublinhada (texto 2) é:

- (A) o desenvolvimento de uma sabedoria excepcional;
- (B) que desenvolvemos uma sabedoria excepcional;
- (C) que desenvolvêssemos uma sabedoria excepcional;
- (D) desenvolvermos uma sabedoria excepcional;
- (E) que desenvolvamos uma sabedoria excepcional.

15

A frase do texto 2 em que o vocábulo sublinhado mostra uma função sintática diferente das demais, por ser núcleo de função, é:

- (A) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (B) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida”;
- (C) “...o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas”;
- (D) Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros;
- (E) Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são.

16

A frase final do texto 2, atribuída a Sócrates, liga a sabedoria:

- (A) ao orgulho;
- (B) à bondade;
- (C) à temperança;
- (D) à humildade;
- (E) à justiça.

17

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O termo que NÃO possui antecedente no texto 2 é:

- (A) disso;
- (B) dois conceitos;
- (C) que;
- (D) algo;
- (E) Isso.

18

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O conectivo sublinhado acima que tem seu valor semântico indicado INADEQUADAMENTE é:

- (A) em vista disso / causa;
- (B) assim / conclusão;
- (C) do que / comparação;
- (D) se / condição;
- (E) além de / adição.

19

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

Nesse segmento do texto 2, a palavra formada por processo de formação originalmente diferente dos demais é:

- (A) sabedoria;
- (B) realmente;
- (C) desenvolver;
- (D) excepcional;
- (E) personalidade.

20

Na comparação entre inteligência e sabedoria, realizada no texto 2, a afirmação adequada ao que é expresso no texto é:

- (A) inteligência e sabedoria são interdependentes;
- (B) sabedoria mostra valores nas relações humanas;
- (C) inteligência é a ferramenta da felicidade autêntica;
- (D) inteligência e sabedoria aparecem sempre juntas;
- (E) inteligência é superior a sabedoria.

Noções de Direito

21

De acordo com o art. 5º, XXXII, da Constituição da República, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional que se extrai do referido preceito tem:

- (A) eficácia limitada de princípio consumerista;
- (B) eficácia limitada de princípio institutivo;
- (C) natureza programática;
- (D) eficácia contida;
- (E) eficácia plena.

22

François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França.

À luz da sistemática constitucional, François:

- (A) é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;
- (B) é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;
- (C) é brasileiro nato, independente de requerimento;
- (D) é apenas nacional francês, não brasileiro;
- (E) pode naturalizar-se brasileiro.

23

Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo de natureza técnica na Administração Pública municipal, foi aprovada em concurso público de provas e títulos, organizado pelo Estado, para o provimento de um cargo igualmente de natureza técnica. Ao dirigir-se ao departamento de recursos humanos do Estado para apresentar os documentos necessários à posse, foi informada que a ordem constitucional vedava a acumulação de cargos públicos nas circunstâncias em que se encontrava.

À luz da sistemática constitucional, a informação prestada a Maria está:

- (A) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos desde que Maria opte pela remuneração de um deles;
- (B) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que seja observado o teto remuneratório;
- (C) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que haja compatibilidade de horários;
- (D) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de cargos públicos de natureza técnica;
- (E) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de quaisquer cargos públicos.

24

Determinado político de grande influência no Estado, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca em que residia, consultou o seu advogado sobre a possibilidade de ser requerida a remoção compulsória desse magistrado.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, o requerimento almejado:

- (A) pode ser deferido, por motivo de interesse público, pelo respectivo tribunal ou pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (B) somente pode ser apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça, que é livre para deferir-lo, ou não;
- (C) somente pode ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário;
- (D) somente pode ser apreciado pelo respectivo tribunal, que é livre para deferir-lo, ou não;
- (E) não encontra, em nenhuma hipótese, amparo na ordem constitucional.

25

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende alugar o imóvel vizinho ao fórum de determinada comarca do interior, que será destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. O valor total do contrato é de duzentos e quarenta mil reais, em doze parcelas mensais e sucessivas de vinte mil reais.

A contratação em tela:

- (A) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do valor global do contrato;
- (B) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade concorrência, em razão do valor global do contrato;
- (C) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor global do contrato;
- (D) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- (E) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

26

O Governador do Estado de Santa Catarina determinou à Secretaria Estadual de Cultura que, no âmbito de sua competência, fomentasse ações tendentes à valorização do patrimônio imaterial cultural da região. Inconformado com a política pública adotada e a situação de precariedade na saúde pública estadual, o cidadão João propôs ação popular requerendo ao Judiciário que transfira toda a verba pública que seria utilizada naquele ano na área de cultura para os hospitais estaduais, inclusive anulando todos os empenhos já realizados.

No caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário Estadual:

- (A) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas aferir a legalidade dos atos administrativos praticados e não revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência;
- (B) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas valorar a discricionariedade dos atos administrativos praticados e revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência;
- (C) cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo anular os atos administrativos que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual;
- (D) cabe se imiscuir na legalidade de cada ato administrativo, devendo revogar aqueles que se revelem inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual;
- (E) cabe se imiscuir na legalidade e mérito de cada ato administrativo, devendo anular aqueles que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.

27

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado de Santa Catarina serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação.

Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- (A) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal;
- (B) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo;
- (C) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo;
- (D) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível;
- (E) político, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, que são aplicadas pela respectiva casa legislativa.

28

João, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no exercício da função, causou danos morais a Joana, parte autora em determinado processo judicial, cujos autos foram extraviados por culpa de João. Em razão de tais fatos, Joana obteve êxito em ação indenizatória aforada em face do Estado de Santa Catarina.

Na hipótese narrada, o poder público estadual:

- (A) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, tendo o ônus de comprovar que o agente público agiu com culpa;
- (B) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, desde que cumpra o ônus de comprovar que o agente público agiu com dolo;
- (C) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, independentemente de comprovar a culpa ou dolo do agente, em razão da responsabilidade civil objetiva;
- (D) não pode acionar judicialmente João, eis que a responsabilidade civil objetiva aplica-se apenas em face do Estado, que não tem o direito de regresso contra o agente;
- (E) não pode acionar judicialmente João, eis que o direito de regresso do Estado contra o agente somente surge quando demonstrada má-fé, o que inocorreu no caso.

29

A doutrina majoritária conceitua crime como o fato típico, ilícito e culpável. Por sua vez, o fato típico envolve o elemento subjetivo do tipo, que pode ser o dolo ou a culpa.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o agente que pretende causar determinado resultado e tem conhecimento de que, com sua conduta, causará, necessariamente, um segundo resultado e, ainda assim, atua, responderá por dolo eventual em relação ao segundo resultado;
- (B) os tipos culposos estão sujeitos ao princípio da tipicidade, somente podendo ser punidos quando devidamente prevista em lei a punição a título de culpa;
- (C) o agente que não quer diretamente o resultado, mas o prevê e aceita sua ocorrência a partir de sua conduta, poderá ser responsabilizado pelo tipo culposos;
- (D) o tipo culposos exige a previsibilidade objetiva, mas se houver efetiva previsão, haverá dolo, ainda que eventual;
- (E) o tipo culposos próprio, se presentes todos os demais elementos, admite a punição na modalidade tentada.

30

Zeca, funcionário público do Tribunal de Justiça, em dificuldades financeiras, para satisfazer um interesse pessoal de comprar um aparelho de telefonia celular novo, exige R\$1.500,00 de parte em processo judicial para apresentar manifestação favorável a ela. A parte, porém, inconformada com a conduta do funcionário, de imediato informa o fato ao juiz de direito titular da Vara vinculada ao seu processo.

A conduta de Zeca configura crime de:

- (A) prevaricação, na forma consumada;
- (B) corrupção passiva, na forma tentada;
- (C) corrupção passiva, na forma consumada;
- (D) concussão, na forma consumada;
- (E) concussão, na forma tentada.

Conhecimentos Específicos

31

Um aspecto fundamental para a gestão da inovação é reconhecer que esta não resulta exclusivamente de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e que ocorre em diferentes graus nas organizações.

As inovações que introduzem novos produtos, processos ou sistemas de equipamentos com grau de novidade para o mercado em que a organização atua, mas sem alterar as relações entre os elementos da tecnologia, são conhecidas como inovações:

- (A) essenciais;
- (B) de ruptura;
- (C) arquiteturais;
- (D) incrementais básicas;
- (E) incrementais avançadas.

32

Sistemas de controle organizacional eficazes devem atender a alguns critérios gerais, tais como precisão, rapidez e inteligibilidade. No entanto, para serem eficazes, os sistemas de controle precisam também se adequar às necessidades de cada organização, levando em conta suas características – ou seja, os sistemas de controle precisam se adequar aos fatores contingenciais que condicionam sua eficácia.

Um fator contingencial relevante e seu impacto no sistema de controle organizacional são, respectivamente:

- (A) estrutura organizacional descentralizada; controles diversificados e abrangentes;
- (B) pequeno porte organizacional; sistema definido de forma participativa;
- (C) grande porte organizacional; sistema formal e não participativo;
- (D) nível hierárquico alto; critérios de mensuração simples e objetivos;
- (E) alta relevância da atividade; controle informal e baseado em observação direta.

33

Uma empresa do setor de seguros iniciou seus esforços de gestão do conhecimento. Uma das primeiras iniciativas foi atualizar e unificar os manuais relativos aos procedimentos de atendimento aos clientes no *call center*, com base na legislação atual.

Essa iniciativa representou um processo de conversão do conhecimento, no que se refere à dimensão tácito-implícito, conhecido como:

- (A) externalização;
- (B) socialização;
- (C) internalização;
- (D) tangibilização;
- (E) combinação.

34

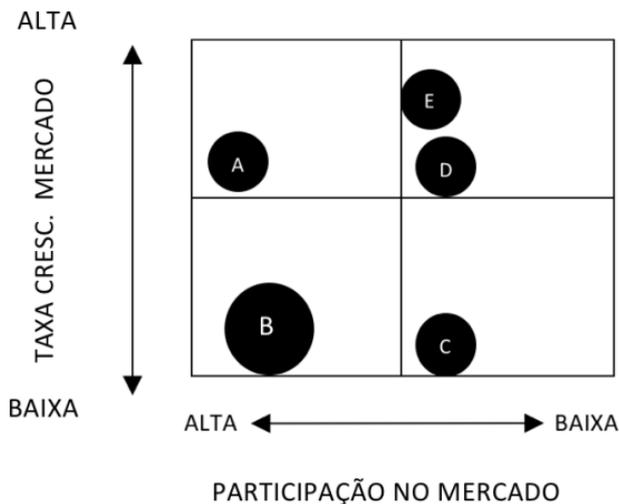
A estrutura matricial é um tipo de estrutura organizacional que busca combinar as vantagens da estrutura funcional e da estrutura divisional.

Mas, em relação à estrutura funcional e à estrutura divisional, a estrutura matricial apresenta, respectivamente, as seguintes desvantagens:

- (A) maior dificuldade para coordenação dos especialistas; redundância de funções e maior necessidade de recursos;
- (B) menor eficiência operacional; maior dificuldade para responsabilização por resultados e eventuais problemas;
- (C) menor capacidade de resposta ao mercado; maior dificuldade para a inovação;
- (D) maior grau de centralização das decisões; menor eficiência operacional;
- (E) maior risco operacional; maior dificuldade para adaptação a mudanças tecnológicas.

35

A figura abaixo apresenta uma matriz BCG aplicada ao portfólio de produtos de uma empresa.



A partir do exposto na matriz, é correto concluir que:

- (A) o produto A é do tipo “estrela”, que traz a maior rentabilidade para a empresa;
- (B) o produto C é do tipo “ponto de interrogação”, que deve ser abandonado, se possível;
- (C) o produto B é um produto “maduro”, que a empresa deve abandonar para investir nos produtos “estrela” e “cachorros”;
- (D) o produto B é do tipo “vaca leiteira”, gerador de elevados fluxos financeiros que devem ser usados para financiar os outros produtos;
- (E) os produtos D e E são “cachorros”, no início do ciclo de vida, nos quais a empresa deve investir para desenvolver novos mercados.

36

Uma empresa adota estratégia de liderança em custo. Para fortalecer essa estratégia de negócio, a empresa quer rever alguns de seus requisitos organizacionais.

Em relação à estrutura organizacional e aos sistemas de controle gerencial, seria adequado implantar, respectivamente:

- (A) relações de reporte simples; diretrizes amplas de tomada de decisão;
- (B) quadro executivo restrito; metas de custo quantitativas;
- (C) equipes interfuncionais de desenvolvimento de produtos; recompensas por redução de custo;
- (D) foco em poucas funções de negócio; bolsões isolados de esforços criativos;
- (E) supervisão por ajuste mútuo; mensuração de desempenho multidimensional.

37

A diretora de recursos humanos de uma fundação privada está organizando a primeira pesquisa de clima organizacional da fundação. Ela quer escolher indicadores que permitam avaliar o clima organizacional, a fim de propor futuras ações de melhoria.

São indicadores do clima organizacional:

- (A) grau de satisfação com os pares; grau de satisfação com as políticas e práticas de recursos humanos;
- (B) índice de qualidade do trabalho em equipe; absenteísmo total;
- (C) *turnover*; grau de satisfação com a organização;
- (D) índice de adequação do empregado à vaga; índice de retenção;
- (E) índice de satisfação dos clientes; grau de satisfação com a liderança.

38

A figura abaixo mostra uma matriz do tipo “Nine-Box” com parte das saídas de uma avaliação de desempenho com foco em competências. O gráfico mostra as entregas confrontadas com as atitudes e valores de quatro profissionais da organização XYZ (A,B, C e D), com as escalas variando de 1 (não atende) a 6 (supera).

ATTITUDES/VALORES	6		D						
	5	B							
	4								
	3				C				
	2								
	1	A							
		1	2	3	4	5	6		
		ENTREGAS							

O gerente de RH da XYZ está analisando esses resultados para propor possíveis ações de gestão de pessoas.

Em relação aos funcionários, os dados indicam as seguintes situações e possibilidades de ação adequadas:

- (A) A está em começo de carreira e mostra desempenho adequado: indicar para programa de *trainees* ou *coaching*;
- (B) B mostra excelente adesão aos valores e atitudes e entrega adequada: indicar para ser mentor de novos talentos;
- (C) D mostra excelente adesão aos valores e atitudes desejados, porém falta entrega: indicar para qualificação técnica;
- (D) C não entrega nem atende aos valores e atitudes desejados: considerar saída da empresa;
- (E) C está em meio de carreira e tem desempenho adequado: considerar treinamento de lideranças.

39

Deteminado órgão público realizou uma pesquisa de satisfação dos funcionários. Os resultados indicam que os funcionários não estão satisfeitos no trabalho. A área de recursos humanos não compreende o motivo dessa situação – afinal, os salários estão de acordo com os praticados no mercado, os funcionários têm estabilidade no emprego e o relacionamento com as chefias é bom.

Pela teoria de motivação dos dois fatores, de Herzberg, uma explicação para essa situação seria:

- (A) salários, estabilidade e bom relacionamento com a chefia são fatores higiênicos que não garantem satisfação;
- (B) salários, estabilidade e bom relacionamento com a chefia são fatores motivacionais que não estão sendo atendidos a contento;
- (C) estabilidade é um fator higiênico que não garante satisfação; salários e bom relacionamento com a chefia são fatores motivacionais que não estão sendo atendidos a contento;
- (D) salários e estabilidade no emprego são fatores higiênicos que não estão sendo atendidos a contento; relacionamento com a chefia é um fator motivacional fora do controle da organização;
- (E) estabilidade é um fator motivacional fora do controle da organização; salário é um fator higiênico que não garante satisfação; relacionamento com a chefia é um fator motivacional que não está sendo atendido a contento.

40

Em uma organização, cinco gerentes foram avaliados de acordo com o instrumento conhecido como grade (ou *grid*) gerencial, proposto por Blake e Mouton, que analisa comportamentos de liderança com base em duas dimensões: preocupação com as pessoas e preocupação com a produção. Os resultados da avaliação estão apresentados abaixo:

PREOCUPAÇÃO COM AS PESSOAS	9								G3	
	8	G1								
	7									
	6									
	5				G2					
	4									
	3									
	2	G4								
	1								G5	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
		PREOCUPAÇÃO COM A PRODUÇÃO								

Cada gerente está representado pela letra G, seguido de um número de identificação, de 1 a 5.

De acordo com o modelo proposto por Blake e Mouton, é correto afirmar que:

- (A) G2 é o líder meio-termo, considerado o estilo de liderança menos eficaz pelo modelo;
- (B) G4 tem um estilo de liderança mais voltado para as necessidades dos funcionários do que G1;
- (C) G5 tem o estilo de liderança conhecido como líder de tarefa, considerado o menos eficaz pelo modelo;
- (D) G3 tem o estilo de liderança conhecido como líder de equipe, considerado o mais eficaz pelo modelo;
- (E) dentre os cinco gerentes, G1 é o líder mais próximo do estilo conhecido como negligente.

41

O diretor de uma organização está considerando transferir a sede para o centro da cidade. A intenção é estar situado em um local de acesso mais fácil para seus clientes e funcionários. A organização paga aluguel de R\$50,00 por metro quadrado no local atual e o presidente está disposto a pagar até R\$65,00 reais por metro quadrado no centro da cidade. Ao fim de uma rodada de negociações com o proprietário do imóvel do centro, este declara que não aceitará menos de R\$70,00 por metro quadrado, o que faz o presidente desistir do aluguel e manter a organização no imóvel atual.

Com base na situação descrita, é correto concluir que:

- (A) a zona de acordo possível era de R\$5,00 por metro quadrado;
- (B) o preço de reserva do presidente era R\$50,00 por metro quadrado;
- (C) o preço de reserva do proprietário do imóvel era de R\$70,00 por metro quadrado;
- (D) o preço de reserva e a MAANA do presidente eram o aluguel atual, de R\$50,00 por metro quadrado;
- (E) a melhor alternativa à negociação do acordo (MAANA) do presidente era alugar o novo local por R\$65,00 o metro quadrado.

42

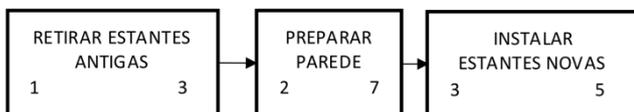
Um gerente precisa montar a rede PERT de um projeto para redução de custos na organização em que trabalha. Uma das atividades cruciais no projeto é a redefinição do espaço físico do escritório central. O gerente trabalha com as seguintes estimativas para a duração dessa atividade: otimista, 32 dias; pessimista, 70 dias; mais provável, 42 dias.

O tempo esperado para essa atividade é de:

- (A) 42 dias;
- (B) 44 dias;
- (C) 45 dias;
- (D) 48 dias;
- (E) 52 dias.

43

Um administrador precisa realizar a troca das estantes de parede do escritório em que trabalha. As novas estantes já se encontram na empresa. Para isso, elaborou um diagrama de atividades para o projeto, como representado abaixo.



No canto esquerdo dos quadrados é informado o número da atividade e no canto direito sua estimativa de duração. O prazo exigido para conclusão do projeto é de 20 dias.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) a folga livre da atividade 1 é de 3 dias;
- (B) a folga livre da atividade 3 é de 2 dias;
- (C) a folga total do projeto é de 5 dias;
- (D) o caminho crítico do projeto tem a mesma duração da soma das folgas livres de cada atividade;
- (E) se a atividade 1 não tiver atraso e a atividade 2 atrasar 2 dias, a folga total do projeto passará a ser de 4 dias.

44

Um projeto originalmente previsto para durar 8 meses, com valor planejado total de 200.000 reais, foi analisado, ao fim do quarto mês, pela técnica de EVA (*earned value analysis*).

A situação do projeto nessa data era:

PV = R\$100.000,00;

EV = R\$72.000,00 e

AC = R\$120.000,00.

O gerente do projeto quer estimar o indicador ETC (estimativa para concluir o projeto), como desempenho de custos, para dois cenários: o restante do projeto será executado de acordo com o valor planejado (PV); o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI).

Os respectivos valores do ETC, para os dois cenários, são:

- (A) 200.000 reais e 261.333 reais;
- (B) 100.000 reais e 240.000 reais;
- (C) 148.000 reais e 224.020 reais;
- (D) 128.000 reais e 213.333 reais;
- (E) 122.000 reais e 226.666 reais.

45

O chefe de departamento da secretaria de educação do município “X”, temendo a reprovação de seu filho na disciplina de matemática na escola, oferece ao professor um cargo em comissão na secretaria em troca de uma “ajudinha” na prova.

No contexto dos paradigmas da administração pública, essa atitude do chefe de departamento, que percebe o aparelho estatal como instrumento do detentor do poder, pode ser considerada típica do modelo:

- (A) patrimonialista;
- (B) consumerista;
- (C) social-democrata;
- (D) burocrático;
- (E) contingencial.

46

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), proposto por Bresser Pereira na década de 90, tinha como foco principal a reforma administrativa do Estado pautada em uma ótica gerencial.

De acordo com o PDRAE, a reforma tinha o intuito de promover, dentre outras matérias:

- (A) reformulação das políticas de “campeões nacionais”;
- (B) ampliação da área de atuação do Estado;
- (C) privatização dos serviços sociais autônomos;
- (D) delegação, por meio de concessão, de atividades do núcleo estratégico;
- (E) separação entre formulação política e execução.

47

Justino, mestrando em ciências sociais, decide elaborar uma dissertação em que discorreria sobre exemplos de políticas, na Administração Pública, baseadas na perspectiva do Estado de bem-estar social.

Enquadra-se nesses exemplos:

- (A) privatização de instituições de ensino superior;
- (B) eliminação de tarifas alfandegárias;
- (C) estabelecimento de um salário mínimo nacional;
- (D) redução da intervenção estatal na economia;
- (E) abertura do mercado de aviação para companhias estrangeiras.

48

A Administração Pública tem entre seus fundamentos o princípio da supremacia do interesse público, garantidor de prerrogativas que possibilitam o cumprimento de objetivos necessários à atuação estatal.

Esse princípio é adequadamente evidenciado quando:

- (A) governador remove servidor como forma de punição;
- (B) estado aluga prédio de particular para alocar a secretaria de fazenda;
- (C) administrador público pode fazer tudo aquilo que não é considerado ilícito;
- (D) prefeito desapropria imóveis para a construção de viaduto, garantindo indenização prévia;
- (E) polícia civil decide discricionariamente sobre interceptação telefônica.

49

Um dos indicadores de desempenho relacionados à avaliação de políticas públicas se baseia no aspecto da efetividade.

Pode ser considerado um exemplo de política pública efetiva relacionada à segurança:

- (A) alocação de contingente policial em área perigosa de um município;
- (B) descontos na munição adquirida para operações especiais em comunidades;
- (C) redução da criminalidade em uma região litorânea;
- (D) aquisição de uma nova frota de carros para a Polícia Militar;
- (E) eliminação de desperdício de papéis em delegacias.

50

Com a aproximação da Copa do Mundo de futebol, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decide construir um jardim customizado, de forma a fazer uma homenagem às cores da bandeira brasileira.

Com base nas regras que regem a Administração Pública brasileira, a contratação do jardineiro:

- (A) poderá ser realizada por processo seletivo por prova ou títulos, regido pelas regras da CLT;
- (B) poderá ser realizada por terceirização, por meio da contratação de uma empresa de serviços de jardinagem;
- (C) deverá ser realizada por concurso público, imprescindível para cargos relacionados às atividades-fim;
- (D) deverá ser realizada por cargo em comissão, em função do caráter transitório da atividade;
- (E) poderá ser realizada por função de confiança, exclusiva para servidores efetivos.

51

O governador de um Estado, interessado no modelo de parceria público-privada (PPP), decide realizar um projeto para a concessão da administração de uma rodovia para um parceiro privado.

Ao consultar os seus assessores, no entanto, é informado que o projeto só poderia ser desenvolvido na forma de PPP caso:

- (A) custasse menos de 10 milhões;
- (B) fosse realizado na modalidade administrativa;
- (C) tivesse duração superior a 5 anos;
- (D) não exigisse contraprestação do Estado;
- (E) tivesse como objeto único o fornecimento de mão de obra.

52

As organizações sociais (OS) são entidades de direito privado que tiveram origem na estratégia de publicização de parte de atividades exercidas pelo Estado.

Em relação às OS é correto afirmar que:

- (A) fazem parte da estrutura da administração indireta;
- (B) podem exercer qualquer tipo de atividade de interesse público;
- (C) são vinculadas à Administração Pública por meio do contrato de gestão;
- (D) podem adquirir qualificação de agência executiva por decreto presidencial;
- (E) devem se enquadrar no modelo societário de sociedade de economia mista.

53

Após quatro anos de uma gestão insatisfatória do prefeito do município “W”, conhecido pelo slogan “rouba, mas faz”, a população decide votar no candidato da oposição na eleição seguinte.

A atitude da população do município “W” representa um exemplo de aplicação de:

- (A) accountability vertical;
- (B) plebiscito;
- (C) controle interno;
- (D) ação popular;
- (E) tutela universal.

54

“Os dados disponíveis no Basômetro demonstram que a presidente Dilma Rousseff tem enfrentado maiores dificuldades na articulação de interesses do governo junto ao Congresso, especialmente na Câmara, em comparação aos governos FHC e Lula. Alguns de seus aliados atribuem tal problema ao fato de a presidente fazer pouca interlocução política.”

O trecho apresentado, retirado do site do “Estadão”, representa um problema relacionado com o conceito de:

- (A) governabilidade;
- (B) governança;
- (C) jurisdição;
- (D) economia;
- (E) legalidade.

55

Desde o surgimento das primeiras práticas orçamentárias até a vigência dos atuais instrumentos de planejamento, o processo de orçamentação no setor público passou por várias modificações relacionadas diretamente com o papel do Estado.

Uma das características das práticas modernas de orçamento que marca essa evolução é o(a):

- (A) foco no controle de insumos e produtos;
- (B) ênfase no impacto econômico do gasto público;
- (C) independência dos instrumentos de planejamento;
- (D) reforço no controle contábil das unidades orçamentárias;
- (E) tendência à contenção da despesa pública.

56

Os instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA têm seus conteúdos específicos previstos na Constituição Federal e na LRF.

A apresentação, montante e forma de utilização da reserva de contingência constituem um conteúdo:

- (A) exclusivo da LOA;
- (B) exclusivo da LDO;
- (C) atribuído à LOA e LDO;
- (D) atribuído à LOA e PPA;
- (E) atribuído à LDO e PPA.

57

O planejamento orçamentário no âmbito da Administração Pública se configura pela previsão de receitas e fixação de despesas necessárias para a prestação de serviços públicos. Porém há restrições legais para a elaboração e a execução do orçamento.

Uma dessas restrições refere-se à vedação para realização de operações de crédito que excedam o montante da despesa de capital, que está relacionada ao princípio orçamentário do(a):

- (A) discriminação;
- (B) equilíbrio;
- (C) exclusividade;
- (D) não afetação das receitas;
- (E) orçamento bruto.

58

A Emenda Constitucional (EC) nº 86/2015 criou dispositivos para regular a aprovação e a execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. À luz do que dispõe essa EC, considere os dados apresentados no quadro a seguir relativos ao orçamento de um ente público:

Receita Orçamentária Prevista para o exercício	R\$ 240	milhões
Receita Corrente Líquida Prevista para o exercício	R\$ 200	milhões
Meta de inflação para o exercício	4%	
Receita Orçamentária realizada no exercício anterior	R\$ 220	milhões
Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior	R\$ 180	milhões
Inflação anual registrada no exercício anterior	5%	

Para o ente público citado, no exercício corrente é obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais, em milhões de reais, no montante de:

- (A) 2,16;
- (B) 2,27;
- (C) 2,40;
- (D) 2,50;
- (E) 2,64.

59

Na elaboração do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o(s) conteúdo(s) que deve(m) vir acompanhado(s) dos valores dos três exercícios anteriores se refere(m):

- (A) ao demonstrativo das metas anuais, somente;
- (B) à evolução do patrimônio líquido, somente;
- (C) à avaliação da situação financeira e atuarial do regime de previdência social dos servidores;
- (D) ao demonstrativo das metas anuais e à evolução do patrimônio líquido;
- (E) ao demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e à evolução do patrimônio líquido.

60

Os créditos adicionais são autorizações dadas durante o exercício financeiro para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Em relação aos créditos adicionais prorrogáveis quando abertos nos últimos quatro meses do exercício, é correto afirmar que podem ser:

- (A) apenas os suplementares e têm validade até o final do exercício subsequente;
- (B) apenas os especiais e têm validade necessária para execução total do saldo remanescente;
- (C) apenas os extraordinários e têm validade restrita ao fato que motivou sua abertura;
- (D) especiais e extraordinários, com validade até o final do exercício subsequente;
- (E) suplementares e extraordinários, com validade necessária para execução total do saldo remanescente.

61

No início do segundo semestre de um dado exercício, em decorrência da queda na arrecadação tributária e após levantamento dos montantes de tributos vencidos, o gestor de um ente público propôs o perdão das multas e juros de mora em função do atraso no pagamento. O objetivo era incentivar a arrecadação ao menos do valor principal dos tributos para melhorar a situação financeira do ente.

Esse tipo de renúncia de receita é denominado:

- (A) anistia;
- (B) incentivo;
- (C) isenção;
- (D) remissão;
- (E) subvenção.

62

Na Administração Pública tem sido cada vez mais comum a formação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum dos entes consorciados. Independentemente da finalidade das atividades a serem desenvolvidas, os consórcios públicos deverão elaborar seu orçamento próprio.

Assim, uma receita recebida pelo consórcio do ente transferidor:

- (A) dispensa classificação por modalidade de aplicação;
- (B) deve manter correspondência com a classificação adotada pelos entes consorciados;
- (C) deve ser excluída da apuração da receita corrente líquida dos entes consorciados;
- (D) sujeita-se a critérios de classificação específicos do consórcio;
- (E) tem natureza extraorçamentária.

63

Na classificação da despesa pública por função e subfunção, as subfunções são diretamente relacionadas a funções específicas, no entanto é possível combiná-las a funções diferentes.

Das subfunções a seguir, aquela diretamente associada à função 02 – Judiciária é:

- (A) Defesa Civil;
- (B) Defesa da Ordem Jurídica;
- (C) Representação Judicial e Extrajudicial;
- (D) Direitos Individuais, Coletivos e Difusos;
- (E) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.

64

As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando é efetuada movimentação de parte do orçamento. Acerca desse instrumento, considere os itens a seguir:

I. São operacionalizadas por meio de transferências e transposições.

II. Devem manter as classificações institucional, funcional, programática e econômica da despesa.

III. Não modificam a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias.

IV. Quando ocorrem entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente são denominadas provisões.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e IV;
- (C) II e III;
- (D) III e IV;
- (E) II, III e IV.

65

O orçamento pode ser considerado um documento de expectativa, uma vez que as despesas são fixadas a partir das receitas que o ente espera arrecadar.

Um instrumento criado para permitir o acompanhamento da arrecadação e do gasto, tendo em vista o cumprimento das metas fiscais, é:

- (A) anexo de metas fiscais;
- (B) anexo de riscos fiscais;
- (C) demonstrativo da renúncia de receita;
- (D) demonstrativo de riscos fiscais e providências;
- (E) programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

66

O acompanhamento das informações sobre o montante e a execução dos restos a pagar inscritos em um tribunal de justiça estadual é possível por meio de um anexo denominado:

- (A) demonstrativo dos restos a pagar, do RREO do respectivo Tribunal de Justiça;
- (B) demonstrativo dos restos a pagar, do RGF do respectivo Tribunal de Justiça;
- (C) demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão, do RREO, no âmbito do ente Estadual;
- (D) demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão, do RGF, no âmbito do ente Estadual;
- (E) demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão, do RGF, no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

67

No dia 20 de maio de 2016, uma entidade pública recebeu dois pedidos de informação acerca da execução do orçamento em vigor, por meio do serviço de informação ao cidadão.

Para o primeiro pedido, a entidade informou que poderia disponibilizar as informações em um prazo de 20 dias, e, para o segundo pedido, a informação só poderia ser disponibilizada em um prazo de cinco anos.

Considerando a Lei de Acesso à Informação e respectivos regulamentos, os pedidos se tratam respectivamente, de informação:

- (A) não sigilosa e reservada;
- (B) não sigilosa e secreta;
- (C) não reservada e secreta;
- (D) reservada e secreta;
- (E) reservada e ultrassecreta.

68

Os procedimentos licitatórios devem observar os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, sejam os expressos, sejam os implícitos, os princípios específicos previstos na Lei nº 8.666/93 e aqueles que lhe são correlatos, dentre eles, o:

- (A) do julgamento subjetivo, eis que o licitante contratado será escolhido de acordo com suas aptidões pessoais;
- (B) do sigilo das propostas, que são mantidas de forma sigilosa até a abertura dos envelopes em sessão pública;
- (C) da publicidade imediata de todos os atos do processo, como edital, propostas e assinatura do contrato;
- (D) da vinculação ao instrumento convocatório, pois o edital é a lei interna daquela licitação, podendo até dispor de forma contrária à lei;
- (E) da isonomia, pois os licitantes devem ter as mesmas oportunidades, sendo permitido ao poder público fixar no edital quaisquer requisitos para a participação no certame.

69

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e os ditames da Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, a competência para prática dos atos administrativos deve ser definida em lei ou em ato administrativo geral e tem as seguintes características gerais:

- (A) indelegabilidade, irrenunciabilidade e prorrogabilidade;
- (B) renunciabilidade, delegabilidade e prescritibilidade;
- (C) imprescritibilidade, irrenunciabilidade e improrrogabilidade;
- (D) avocabilidade, indelegabilidade e prescritibilidade;
- (E) irrenunciabilidade, avocabilidade e prescritibilidade.

70

Alexandre, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no exercício da função, recebeu vantagem econômica direta, consistente na quantia de trinta mil reais, para fazer declaração falsa sobre quantidade, qualidade e característica de mercadorias e bens fornecidos por sociedade empresária contratada por aquele Tribunal.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, Alexandre praticou:

- (A) ato ilícito disciplinar e está sujeito à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar, mas não praticou ato de improbidade administrativa por falta de dano ao erário;
- (B) ato ilícito civil e está sujeito à indenização com ressarcimento ao erário, após processo judicial, mas não praticou ato de improbidade administrativa por falta de tipicidade;
- (C) ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à cassação de seus direitos políticos;
- (D) ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à prisão preventiva ou domiciliar, e à perda da função pública;
- (E) ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

Realização

